
**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A ALFABETIZAÇÃO DO ESTUDANTE COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:****POSSIBILIDADES NO AMBIENTE VIRTUAL**

TEACHER TRAINING FOR STUDENT LITERACY WITH INTELLECTUAL DISABILITIES:**POSSIBILITIES IN THE VIRTUAL ENVIRONMENT**

FORMACIÓN DOCENTE PARA LA ALFABETIZACIÓN DEL ESTUDIANTE CON DISCAPACIDAD**INTELECTUAL:****POSIBILIDADES EN EL ENTORNO VIRTUAL**

Neuzilene Burock¹Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro²Caroline Menezes Nunes de Oliveira³**RESUMO**

O presente artigo apresenta um relato de experiência sobre uma proposta de formação docente que tem como foco a elaboração e aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes jovens e adultos com deficiência intelectual, realizada através da mediação tecnológica. A implementação do PEI é destacada como uma estratégia para atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo sua inclusão social e desenvolvimento acadêmico. Discute a importância da utilização de práticas pedagógicas democráticas para garantir a participação efetiva, socialização e aprendizagem de todos os alunos. Tendo como viés metodológico a pesquisa-ação, que se apresenta como uma metodologia flexível e participativa, que permitiu o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e colaborativas. Os resultados do estudo demonstram a importância do trabalho personalizado no atendimento aos alunos com deficiência intelectual, contribuindo para a eliminação de barreiras ao aprendizado e promovendo a inclusão. A utilização de tecnologias digitais e práticas inclusivas foi enfatizada como possibilidade de contribuir com a melhoria na qualidade da educação e promover o desenvolvimento autônomo e independente dos alunos. Destaca-se também que a formação docente pautada no diálogo entre a pesquisa e a prática, é um caminho para uma educação mais inclusiva. A experiência formativa propiciou a difusão do conhecimento sobre o PEI e práticas pedagógicas voltadas para favorecer o alfabetamento de jovens e adultos com deficiência intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens e adultos. Deficiência Intelectual. Plano Educacional Individualizado. Ambiente virtual. Formação docente.

Submetido em: 14/04/2024 – **Aceito em:** 29/07/2024 – **Publicado em:** 15/10/2024

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (UERJ). Email: burockpesquisauerj@gmail.com

² Professora adjunta da Faculdade de Educação EDU/UERJ. Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. E-mail: cristinaangelicamascaro@gmail.com

³ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (UERJ). Email: cmnunesoi@gmail.com

ABSTRACT

This article presents an experience report on a teacher training proposal focused on the development and application of the Individualized Educational Plan (IEP) for young and adult students with intellectual disabilities, carried out through technological mediation. The implementation of the IEP is highlighted as a strategy to meet the individual needs of students, promoting their social inclusion and academic development. It discusses the importance of using democratic pedagogical practices to ensure the effective participation, socialization, and learning of all students. Methodologically, action research is used, presenting itself as a flexible and participatory methodology that allowed the development of inclusive and collaborative pedagogical practices. The results of the study demonstrate the importance of personalized work in meeting the needs of students with intellectual disabilities, contributing to the elimination of barriers to learning and promoting inclusion. The use of digital technologies and inclusive practices was emphasized as a possibility to contribute to improving the quality of education and promoting the autonomous and independent development of students. It is also highlighted that teacher training based on dialogue between research and practice is a path to a more inclusive education. The formative experience provided the dissemination of knowledge about the IEP and pedagogical practices aimed at promoting literacy for young and adult students with intellectual disabilities.

KEYWORDS: Young adults. Intellectual Disability. Individualized Education Plan (IEP). Virtual environment. Teacher training.

RESUMEN

Este artículo presenta un informe de experiencia sobre una propuesta de formación docente centrada en el desarrollo y aplicación del Plan Educativo Individualizado (PEI) para estudiantes jóvenes y adultos con discapacidad intelectual, llevada a cabo a través de la mediación tecnológica. La implementación del PEI se destaca como una estrategia para satisfacer las necesidades individuales de los estudiantes, promoviendo su inclusión social y desarrollo académico. Se discute la importancia de utilizar prácticas pedagógicas democráticas para garantizar la participación efectiva, socialización y aprendizaje de todos los estudiantes. Metodológicamente, se utiliza la investigación-acción, presentándose como una metodología flexible y participativa que permitió el desarrollo de prácticas pedagógicas inclusivas y colaborativas. Los resultados del estudio demuestran la importancia del trabajo personalizado en la satisfacción de las necesidades de los estudiantes con discapacidad intelectual, contribuyendo a la eliminación de barreras para el aprendizaje y promoviendo la inclusión. Se enfatizó el uso de tecnologías digitales y prácticas inclusivas como una posibilidad de contribuir a mejorar la calidad de la educación y promover el desarrollo autónomo e independiente de los estudiantes. También se destaca que la formación docente basada en el diálogo entre la investigación y la práctica es un camino hacia una educación más inclusiva. La experiencia formativa proporcionó la difusión del conocimiento sobre el PEI y las prácticas pedagógicas dirigidas a promover la alfabetización de jóvenes y adultos con discapacidad intelectual.

PALABRAS CLAVE: Jóvenes y adultos. Discapacidad intelectual. Plan Educativo Individualizado. Entorno virtual. Formación docente.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, pesquisas no campo educacional, avanços nas políticas públicas com enfoque na perspectiva inclusiva e a defesa dos direitos humanos, vêm modificando a perspectiva conceitual do modelo de educação até então existente, o qual necessitamos repensar. Esse novo panorama orienta que os ambientes educacionais sejam espaços que privilegiem a heterogeneidade, desvelando a busca por possibilidades para educar na

diferença/diversidade. Os esforços têm como foco que todos os estudantes tenham garantidos o direito à uma escolarização de qualidade, que atenda às suas necessidades específicas, incluindo o alunado público da Educação Especial. De acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (Brasil, 2008), compreendem o público-alvo da Educação Especial, os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento⁴ e altas habilidades/superdotação.

As diretrizes desta política (Brasil, 2008, p. 16) enfatizam que a Educação Especial “[...] é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento”. A educação inclusiva pode ser definida como uma proposta educacional na qual todos os estudantes tenham acesso, participação e construção de conhecimentos de maneira equânime. A Lei 13.146 (Brasil, 2015) no seu artigo 27 reafirma a educação como um direito da pessoa com deficiência e assegura

Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Nesse sentido, o conceito de inclusão também perpassa pela transformação do contexto educacional através da materialização de práticas pedagógicas mais democráticas, no sentido de assegurar a esses indivíduos, uma educação que garanta verdadeiramente sua participação efetiva, a socialização e a aprendizagem de todos. Esse preceito inclusivo, entendido como uma ampliação dos direitos sociais, busca atender aos princípios de igualdade e diferença, com olhar para as singularidades. Visa uma proposta de diálogo nas relações entre culturas, práticas educacionais inclusivas e garantias de direitos, possibilitando a esses alunos acessibilidade e experiências que se afastem de práticas tradicionais de ensino que privilegiam a homogeneidade. Antunes e Glat (2019, p. 87) afirmam que “[...] um dos maiores desafios da educação inclusiva é romper com as práticas educativas que não levam em consideração as especificidades dos alunos e suas diferentes maneiras de aprender”.

As mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos, com a era da comunicação e informação implicam na urgência de se incorporar à educação, alternativas que promovam reflexões acerca das inovações tecnológicas como fomentadoras de práticas pedagógicas nos processos educativos. Inovações essas, que possibilitam novas formas de interagir, ensinar e aprender, de se comunicar e compartilhar informações.

⁴ De acordo com o Manual DSM-5 (2014), atualmente o termo utilizado é Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Nesse sentido, com base em uma pesquisa pautada no tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão, apresentamos o relato de uma experiência de formação com professores com ênfase na mediação tecnológica e nos estudos sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI) para ensino das habilidades de leitura, escrita e uso social das mesmas, tendo como foco específico os estudantes com deficiência intelectual. A problemática relativa ao ensino destas habilidades para esse público específico, justifica-se pela demanda no contexto social de autonomia do uso destes conhecimentos em diferentes situações cotidianas. Shimazaki (2006, p. 42) chama a atenção para o fato de que os alunos com deficiência intelectual “[...] muitas vezes, são excluídos da escola antes de construírem a leitura e a escrita. E, como consequência, essas pessoas são, também, excluídas de contextos profissionais e culturais e de eventos de letramento”. Compreendemos a importância do domínio da leitura e da escrita para consolidar demais aprendizagens ao longo do itinerário formativo. Entende-se daí a importância de um trabalho especializado para o alunado jovem e adulto com deficiência intelectual para que possam se beneficiar de uma escolarização adequada como suporte para sua inclusão social.

Depreendemos, que favorecer o desenvolvimento acadêmico desse público é no mínimo desafiador, pois, o fato de estarem matriculados, por si só não garante sua permanência, processos efetivos de aprendizagem e avanços para níveis e etapas de ensino posteriores. Uma vez que podem apresentar uma progressão e ritmo de aprendizagem próprios, demandando flexibilização do currículo e estratégias pedagógicas individualizadas que contemplem o atendimento às suas necessidades. O aluno com deficiência intelectual, dentre os alunos público-alvo da Educação Especial, é o que apresenta maior número de matrículas em turmas do ensino comum nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Uma pesquisa realizada por Melleti (2024), confirma essa estatística e sinaliza que apesar desses dados, esse número vai se reduzindo ao longo das etapas posteriores da educação, se tornando inexpressivos nos anos finais, Ensino Médio e Ensino Superior. Viana e Gomes (2021, p.11) salientam que

Dessa forma, o processo educacional da pessoa com esse tipo de deficiência, no contexto da inclusão escolar, impõe no mínimo dois desafios: o primeiro é romper com as atitudes excludentes e preconceituosas; e o segundo desafio é a oferta de propostas educacionais que favoreçam o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo.

Uma estratégia que a literatura vem apontando como adequada para o êxito desse trabalho individualizado e atendimento às necessidades individuais desses alunos, é a implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI. Tannús-Valadão (2013, p. 55) enfatiza que o PEI é “[...] um documento norteador do trabalho educacional que identifica como as expectativas de aprendizagem para todos podem ser alteradas, levando-se em consideração as necessidades do aluno”. O PEI permite definir as metas e objetivos de aprendizagem, possibilitando traçar caminhos através da elaboração de um planejamento centrado no aluno. Oportuniza assim, o acompanhamento e avaliação de todo o percurso educacional e a participação e colaboração

dos diversos profissionais envolvidos no processo educativo do aluno, como profissionais da escola, profissionais extraescolares, a participação da família e do próprio aluno na elaboração de suas metas e objetivos.

Diante do exposto, a proposta do estudo, tem como foco as necessidades educacionais específicas do alunado com deficiência intelectual, enfatizando o desenvolvimento acadêmico como uma etapa para sua inclusão social, ou seja, uma possibilidade de desenvolvimento de habilidades relacionadas à alfabetização e letramento que contribuirão para uma vida adulta independente e autônoma.

O problema central desta pesquisa voltou-se para uma pergunta: de que forma podemos colaborar com o ensino de habilidades de leitura, escrita e o uso social das mesmas para estudantes jovens e idosos que não se encontram em classe de alfabetização e que já vivenciaram diferentes abordagens para o ensino das mesmas?

Partindo do pressuposto do Atendimento Educacional Especializado⁵ - AEE, coadunamos nossas pesquisas sobre a temática da alfabetização e da personalização de processos pedagógicos para o ensino deste público específico por meio de uma proposta formativa para docentes. Esta proposta de formação específica com docentes surgiu em meses anteriores à pandemia, sendo planejada para dinamização presencial no âmbito de uma universidade. Sendo assim, a mesma precisou ser replanejada para o enfrentamento do contexto pandêmico, do qual a opção metodológica qualitativa pelo viés da pesquisa-ação foi fundamental para os primeiros passos da proposta formativa, pensada para ser realizada de forma remota, com uma etapa teórica. Assim, a proposta de formação docente tendo como estratégia o trabalho colaborativo, teve como foco a elaboração e aplicação do PEI mediado por tecnologias com estudantes jovens e adultos com deficiência intelectual.

METODOLOGIA

O presente trabalho apresenta um caráter inovador e diferenciado relativo a uma proposta de formação com docentes, aliando teoria sobre a temática à prática referente a atividades de alfabetização e letramento com estudantes jovens e adultos com deficiência intelectual, por meio de um protocolo específico.

⁵ O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Buscamos aliar o conhecimento produzido em nossas pesquisas, disseminando por meio de um curso de extensão, uma prática de ensino. Sendo assim, optamos pela elaboração de um relato de experiência, que segundo Mussi, Flores e Almeida (2021, p.65), "[...] é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção". Daltro e Faria (2019, p. 229) ressaltam que o relato de experiência

[...] é uma modalidade de cultivo de conhecimento no território da pesquisa qualitativa, concebida na reinscrição e na elaboração ativada através de trabalhos da memória, em que o sujeito cognoscente implicado foi afetado e construiu seus direcionamentos de pesquisa ao longo de diferentes tempos. Isso posto, conjugará seu acervo associativo agindo processualmente, tanto em concomitância com o evento, como trazendo o produto processado pelas elaborações e em suas concatenações, e, finalmente, apresentará algumas das suas compreensões a respeito do vivido.

Diante do exposto pelas autoras supracitadas e a natureza do nosso estudo, organizamos nosso relato de forma a responder sobre um produto científico oriundo de uma pesquisa qualitativa. Ele surge através do desenho da pesquisa-ação relativa a uma formação com professores de caráter inovador no que se refere a prática pedagógica remota com estudantes com deficiência intelectual ainda não alfabetizados, mediada por recursos tecnológicos.

Para realizar essa pesquisa, foi necessário que todo o processo estivesse alinhado com uma metodologia que permitisse a participação ativa dos indivíduos envolvidos no processo, assim como a realização de uma análise de um problema que faz parte de um cenário educativo específico. De acordo com Pletsch (2014, p.11)

Outra característica básica da pesquisa-ação é a sua flexibilidade, que oferece condições para um diálogo permanente, agregando contribuições trazidas por cada um dos sujeitos, permitindo a elaboração coletiva de soluções para os possíveis problemas enfrentados.

Esse olhar atento provoca transformação e a busca por ações que visam transformar uma determinada realidade. Nesse sentido, a característica principal desse exercício pedagógico é a relação entre a teoria e a prática que pretendem tornar a aprendizagem significativa, prazerosa e efetiva, adequando o processo pedagógico às necessidades e particularidades do sujeito, proporcionando inserirem-se no mundo letrado.

Logo, esse movimento contribui para o desenvolvimento de um trabalho que envolva práticas educacionais inclusivas, compreendendo a diversidade humana, bem como para a formação de profissionais/pesquisadores mais reflexivos. Nesse sentido, Pereira; Mota e Belchior (2020, p.98) sinalizam que

A pesquisa-ação, portanto, é sempre participativa. Tanto melhor será se a participação acontecer por cooperação e colaboração, porque os efeitos da prática de um indivíduo sobre uma organização jamais se limitam àquele indivíduo, mas alcançam o coletivo. [...] e pode ser vista como instrumento concreto de mudança da realidade.

Sua ação “permite a troca de saberes, formação permanente de recursos humanos, não somente dos profissionais responsáveis pela organização, mas, também, possibilita o enriquecimento dos pesquisadores envolvidos.” (Pereira; Mota; Belchior, 2020, p. 98).

Partindo desse pressuposto a experiência relatada se materializa em um curso de formação continuada para docentes, este qual já se encontra na sua sexta turma. O nascer de tal proposta aconteceu no cenário atípico da COVID-19, no ano de 2020. A partir de março do mesmo ano, um grupo de professoras e estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro passou a se debruçar em repensar o modelo educacional presencial, tendo como opção naquele momento o ensino remoto.

Sendo assim, a proposta foi idealizada para acontecer em duas etapas:

- Formação teórica on-line, realizada de forma síncrona para profissionais da educação e graduandos do curso de pedagogia, complementado por atividades realizadas de forma assíncrona.
- Formação prática através da utilização do Protocolo (Mascaro, 2021) para elaboração e aplicação do PEI pelo viés do alfabetramento, de forma remota, para estudantes jovens e adultos com deficiência intelectual.

O intuito da proposta de formação docente foi permitir a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade, com foco na elaboração e aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para jovens e adultos com deficiência intelectual. Essa proposta visa aprimorar pelo conjunto de ações entre a pesquisa e a extensão universitária, o ensino de estratégias que promovam um atendimento personalizado ao indivíduo, com foco em suas necessidades de alfabetização e letramento, denominadas neste trabalho como alfabetramento, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para esse público. Através do desenvolvimento de habilidades importantes para sua inserção na sociedade, contribui para o desenvolvimento da autonomia e independência. Soares (2021) considera que a alfabetização e o letramento são processos distintos, no entanto simultâneos e interdependentes. Assim, o termo alfabetramento compreende as habilidades de leitura, escrita e letramento com enfoque no seu uso no meio social, pressupondo uma aprendizagem contextualizada, que tenha sentido e faça parte da vida do aluno.

O trabalho de formação docente com esse enfoque, contribui para o processo de inclusão destes estudantes, corroborando com o que afirmam Mascaro e Redig (2021, p. 72) ao enfatizarem que “Para que esses estudantes estejam incluídos no espaço escolar é preciso buscar dentro das mudanças necessárias, aquelas que permitam o acesso, a participação e a construção de conhecimentos”. Para tal, emerge a necessidade da busca por ações e práticas pedagógicas sustentadas nos princípios da igualdade e da diversidade. Além, de instrumentalizar e promover aprendizagens para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas que contribuam para a formação dos estudantes, docentes, profissionais da educação e futuros docentes, permitindo o compartilhamento de informações e trocas de saberes.

RESULTADOS

A experiência formativa originou-se dos estudos sobre o Plano Educacional Individualizado - PEI, o processo de escolarização do alunado com deficiência intelectual no que se refere ao domínio de habilidades de leitura, escrita e seu uso social. Assim sendo, elaborou-se um projeto de extensão no ano de 2019 intitulado "Alfabetização e letramento para estudantes com deficiência intelectual com ênfase no Plano Educacional Individualizado", que se desdobrou em propostas de formação docente e formação específica para o alunado com deficiência intelectual com foco na alfabetização e letramento. No ano de 2020 tivemos a primeira turma de extensão para docentes na modalidade aperfeiçoamento e para futuros docentes na modalidade treinamento.

O diferencial nesta proposta formativa foi o fato de não se basear em métodos específicos para o ensino da leitura e da escrita, mas sim em uma proposta que considerasse a história de cada sujeito que estivesse sendo alfabetizado, seus sonhos, desejos e metas, para que os professores cursistas pudessem planejar e aplicar um PEI que conciliasse as demandas dos sujeitos participantes da etapa prática. O objetivo era de que, com base em um protocolo específico para alfabetização deste alunado, as atividades do PEI fossem planejadas e aplicadas considerando a perspectiva de alfabetizar letrando, dentro dos princípios do Desenho Universal na Aprendizagem (DUA). A perspectiva do DUA volta-se para um planejamento de atividades pedagógicas que eliminem as barreiras para o acesso ao conhecimento, buscando a mediação tecnológica para realização das atividades.

A mediação tecnológica por sua vez, pode desempenhar um papel crucial na educação do público-alvo deste estudo, oferecendo oportunidades únicas de aprendizado e desenvolvimento. A integração da tecnologia no ensino pode tornar o processo de aprendizagem mais acessível, engajador e personalizado. O uso de ferramentas digitais, como as plataformas de

videoconferências (Google Meet⁶), tela interativa (Google Jamboard⁷), programa de criação/edição e exibição de apresentações e atividades gráficas (Microsoft Powerpoint⁸) e site de criação de atividades personalizadas em modelo gamificado (Wordwall⁹) podem proporcionar uma aprendizagem mais divertida e significativa, como percebemos que vem acontecendo na proposta formativa apresentada. Além desses fatores, a tecnologia pode proporcionar uma experiência de aprendizagem mais interativa e dinâmica, aumentando a motivação e o interesse dos educandos.

De acordo com os estudos de Abrantes e Sousa (2016), a integração da tecnologia e do ensino online é crucial para aprimorar a educação. Na referida proposta o ensino remoto ofereceu flexibilidade, facilitando o acesso e a integração de diferentes tecnologias e mídias. Enfatiza-se assim que, o uso das tecnologias seja uma realidade para a mediação com os estudantes com deficiência intelectual, no sentido de promover as habilidades e desenvolvimento de conceitos relevantes para sua inclusão na vida, na escola, no trabalho e demais realizações pessoais. A escola inclusiva precisa estar em consonância com novas tecnologias inerentes à escola contemporânea, em que os recursos tecnológicos não podem ser considerados como meros aparatos, nem somente suporte, mas, principalmente, como elemento revelador e possibilitador da interação entre comunicação e educação. Esse movimento viabiliza o desenvolvimento de práticas educativas significativas e dotadas de sentido, permitindo a interação em tempo real entre sujeitos localizados em diferentes espaços físicos, estreitando e aproximando as relações interpessoais. Abrantes e Sousa (2016, p. 198) defendem que o uso das tecnologias no meio educacional pressupõe que “a educação deve-se atentar para reformulações de novos paradigmas educacionais, de modo a entender e valorizar positivamente os impactos das tecnologias no âmbito pedagógico”.

Tendo em vista que estávamos vivenciando o isolamento social devido a Covid-19, a formação que inicialmente foi pensada para ser presencial, foi reformulada para o modelo remoto, com atividades síncronas e assíncronas. Sendo assim, a proposta de aplicação do PEI com os estudantes com deficiência intelectual, foi reestruturada de modo que os cursistas, foram divididos em equipes para elaboração de portfólio com propostas hipotéticas de aplicação do PEI para um estudante com deficiência intelectual. Entretanto, uma das equipes solicitou a autorização para aplicar o protocolo do curso com um sujeito, estudante do Centro de Apoio

⁶ Plataforma do Google que possibilita reuniões por videoconferência online. A plataforma era utilizada para realização dos encontros síncronos.

⁷ Plataforma do Google que funciona como tela/quadro interativo, editado de forma colaborativa que pode ser acessado de diferentes dispositivos ao mesmo tempo.

⁸ Programa utilizado para criação/edição e exibição de apresentações e atividades gráficas.

⁹ Recurso tecnológico disponível em site na internet que permite grandes possibilidades em relação à elaboração de jogos, questionários, atividades personalizadas em modelo gamificado, possibilitando a criação de recursos didáticos e elaboração de atividades.

Especializado à Educação Profissional Favo de Mel, unidade escolar da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Essa proposta permitiu a aplicabilidade de conceitos aprendidos na fase teórica do curso, possibilitando a aplicação do PEI na modalidade remota por meio da mediação tecnológica.

Junto à disponibilidade do sujeito e sua família, a aplicação se deu por um período de três meses (outubro a dezembro de 2020) contando com um encontro síncrono semanal com duração de uma hora cada. Os encontros eram realizados através da plataforma de videoconferências *Google Meet*, um recurso que permite compartilhamento de telas e acesso a recursos interativos como jogos, materiais online, vídeos, entre outros. O aluno participante possui diagnóstico de deficiência intelectual e Síndrome de Down. Há época com 28 (vinte e oito) anos de idade, estudava na referida unidade educacional desde os 7 (sete) anos. O objetivo principal da escolha foi decorrente ao fato do aluno ter sido inserido no mercado de trabalho durante o período da pandemia, necessitando de auxílio para sua adaptação ao novo ambiente e instrumentalizá-lo para os desafios que essa realidade demanda. Participaram dos encontros remotos de aplicação, o sujeito, as três cursistas e a responsável pelo sujeito (sua mãe), que atuou como agente de apoio domiciliar¹⁰, dando suporte e mediação de acordo com as demandas apresentadas por ele. O trabalho iniciou-se através de quatro encontros iniciais para aplicação de atividades de avaliação e sondagem diagnósticas. Estef (2021) destaca que a função da avaliação diagnóstica é de informar e auxiliar na sondagem dos conhecimentos prévios, levantamento das habilidades e dificuldades dos educandos. É realizada no início do processo, para verificar seus conhecimentos já adquiridos e nortear a prática para que novas aprendizagens possam se efetivar, permitindo direcionar o planejamento das ações educativas. Essas atividades serviram para apontar o nível de conhecimento e desenvolvimento do sujeito em relação às práticas de alfabetamento, bem como suas demandas e necessidades de aprendizagens de acordo com suas perspectivas. Após o levantamento das informações iniciais junto ao sujeito, realizou-se o preenchimento da Matriz de conteúdos prioritários (Fig.1) a qual faz parte do Protocolo (Mascaro, 2021).

¹⁰ Nomenclatura utilizada para denominar a função que os cuidadores/parentes dos jovens e adultos com deficiência intelectual assumiram dentro da equipe. Essa função se destina a prestar suporte tecnológico aos jovens e adultos no momento do encontro para a aplicação das atividades pedagógicas. A partir do momento em que os sujeitos alcançavam maior autonomia nos meios digitais, os agentes de apoio não tinham mais a necessidade de ficar ao lado deles.

Figura 1. Matriz de Habilidades

MATRIZ DE CONTEUDOS PRIORITARIOS			
Participante: Equipe: Previsão de aplicação:			
Conteúdos		Data:	Data:
Aquisição do sistema de escrita	Critérios de observação	Categorização inicial	Categorização após aplicação
1. Compreensão das diferenças existentes entre os sinais do sistema de escrita alfabético-ortográfico e outras formas gráficas e sistemas de representação.	Verificar se o estudante faz distinções entre: letras e números, sinais do sistema de escrita alfabético-ortográfico, marcas ou sinais gráficos ou outros sistemas de representação.		
2. Conhecimento do alfabeto.	Identificação das letras do alfabeto. Distinção entre as letras de imprensa maiúscula e minúscula, e a cursiva, maiúscula e minúscula.		
3. Domínio de convenções gráficas: orientação da escrita; alinhamento da escrita; segmentação dos espaços em branco e pontuação.	Reconhecimento: <ul style="list-style-type: none"> Entre a direção correta da escrita (esquerda direita, de cima para baixo) e utilização correta da folha (pautada ou não, de acordo com o planejamento pedagógico); Das formas gráficas destinadas a marcar a segmentação na escrita (espaçamento entre palavras e pontuação). 		
4. Reconhecimento de palavras e unidades fonológicas ou segmentos sonoros.	Identificação de: <ul style="list-style-type: none"> Rimas, as sílabas e sons existentes no início, nomeio e no final de palavras compostas com sons semelhantes e diferentes Segmentação oral de palavras em sílabas; Segmentação oral de frases em palavras. 		

Fonte: Mascaro (2021)

Esses dados permitem priorizar os conteúdos e habilidades que serão desenvolvidos no período de aplicação do Protocolo, que pode ter duração bimestral ou trimestral, além de possibilitar a elaboração dos objetivos gerais e específicos para o desenvolvimento do trabalho. Priorizados os conteúdos e metas, deu-se início à etapa de planejamento para elaboração das atividades que seriam aplicadas. Para tal, realizou-se o preenchimento da Ficha de planejamento, a qual deve contém os dados informativos dos participantes, data e horário da aplicação; os conteúdos da matriz que serão trabalhados; objetivos a serem alcançados; apresentação da atividade e quais os recursos serão utilizados, além de uma breve descrição de como será realizada a atividade, além do campo destinado à fotos ou print da tela do meio tecnológico utilizado. Para cada encontro/atendimento com o sujeito, é realizado o preenchimento de uma ficha de

planejamento. Ao final de cada aplicação é realizada uma avaliação qualitativa, sendo observado o desenvolvimento do estudante em relação a cada conteúdo trabalhado, observando o alcance dos objetivos elencados para a referente atividade.

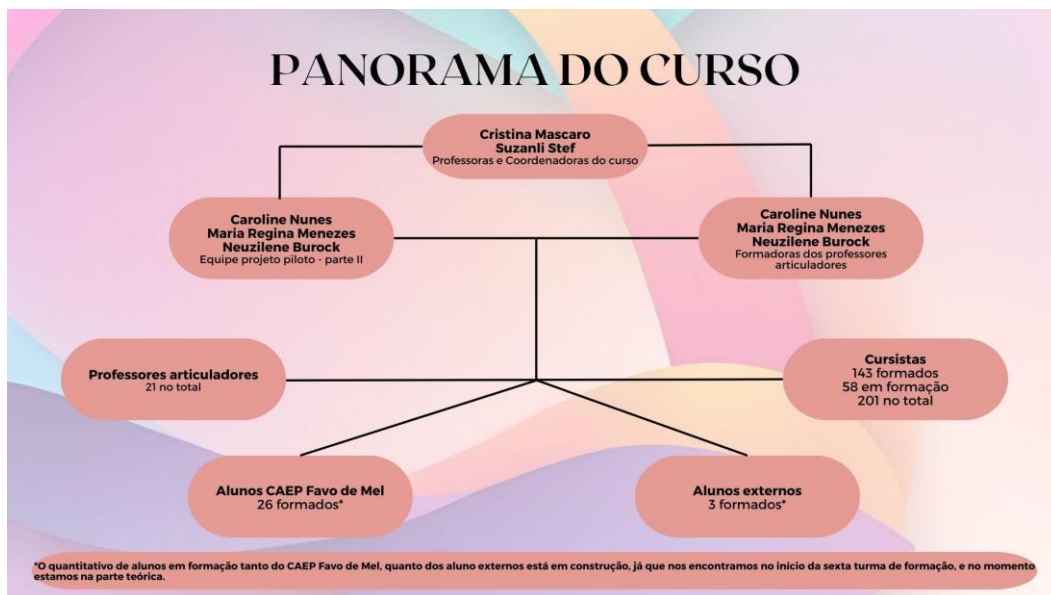
Após o período de aplicação do PEI, que teve duração de três meses, a análise dos dados apontados nos registros avaliativos e categorização final da Matriz de conteúdos prioritários, permitiu identificar avanços em relação ao processo de aprendizagem do sujeito. Esses progressos se deram nas habilidades acadêmicas voltadas para o alfabetramento, alfabetização digital, autonomia e independência do sujeito. Foram possíveis por meio do planejamento sistemático das ações empreendidas através do PEI. As atividades contemplaram situações reais, que partiram do interesse do sujeito, com foco no desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, que permitiram contribuir para aprendizagens e desenvolvimento de potencialidades. Buscou atender às suas necessidades e singularidades, enfatizando que o trabalho colaborativo entre todos os atores envolvidos no processo de escolarização do aluno com deficiência ou necessidade educacional especial, torna-se fundamental para o desenvolvimento de práticas inclusivas.

A partir dos resultados relevantes com este sujeito, o projeto de extensão contou com a abertura de novas turmas do curso de aperfeiçoamento, além de uma turma na modalidade iniciação para participação de estudantes com deficiência intelectual matriculados na FAETEC. Ou seja, o curso contou com duas frentes de formação, inicialmente com os profissionais da educação com a formação continuada, e posteriormente, associado ao público anterior, com estudantes com deficiência intelectual para aprimorar a sua alfabetização e letramento. A participação desses estudantes possibilitou que os mesmos atuassem como sujeitos de pesquisa na etapa prática da formação sobre o PEI, vislumbrando outras possibilidades de atuação em sua vida. O curso de aperfeiçoamento permitiu aos profissionais realizarem a articulação entre a teoria e a prática, mostrando que a teoria pode ser muito bem aplicada à prática, assim como a prática pode aprimorar a teoria estudada. Esse movimento mútuo entre esses dois elementos do fazer pedagógico em uma perspectiva inclusiva, não somente aprimora as pessoas envolvidas, mas como cria também a possibilidade de outras pessoas se apropriarem dessas práticas através da divulgação científica do que ocorre na formação. A formação docente é composta por duas etapas, sendo que a primeira compreende formação teórica oferecida através de encontros remotos síncronos e atividades assíncronas. Envolve conteúdos e temáticas relativas à Educação Especial, alfabetização e letramento, Plano Educacional Individualizado, Deficiência intelectual, Tecnologias de apoio, Desenho Universal na Aprendizagem (DUA) e Avaliação. Essa etapa possibilita que os cursistas (ingressos por edital de processo seletivo) possam aprofundar seus conhecimentos a respeito das temáticas abordadas, que têm como ênfase, o planejamento e elaboração do PEI com vistas a alfabetização e letramento.

A segunda etapa da formação docente relaciona-se à parte prática do curso. Permite o contato direto com alunos jovens e adultos com deficiência intelectual, mediados por encontros remotos síncronos. Essa etapa é realizada de forma colaborativa, em que os cursistas são organizados em grupos de três a cinco profissionais, com a participação do agente de apoio domiciliar. O intuito do trabalho colaborativo é oferecer ao sujeito práticas pedagógicas individualizadas e personalizadas através do planejamento e aplicação do PEI. Cada equipe conta com a orientação de uma professora articuladora¹¹ para atendimento a um estudante jovem ou adulto com deficiência intelectual.

Diante da boa repercussão que a formação teve, novas turmas foram formadas durante o período de 2021 até 2024. Atualmente (abril de 2024) nos encontramos iniciando a sexta turma de formação, e diante disso, o gráfico a seguir mostra, os participantes e o quantitativo de cada um dos grupos (fig. 2).

Figura 2. Organograma do curso



Fonte: Elaborado pelas autoras

No topo do organograma encontram-se as professoras e coordenadoras do curso, professoras doutoras Cristina Mascaro e Suzanli Estef. Abaixo, as profissionais responsáveis inicialmente

¹¹ Nomenclatura utilizada para fazer referência às professoras que tinham passado pela primeira turma de aplicação do curso, e após esse momento assumiram o papel de articular todos os agentes envolvidos para o melhor desenvolvimento do trabalho e orientar o trabalho desenvolvido. Essa função foi fundamental para a articulação do próprio grupo, uma vez que as profissionais tinham experiência prévia na metodologia da formação. Essa função só teve início a partir da segunda turma do curso, uma vez que surgiu da demanda de uma pessoa para articular e orientar os grupos.

pelo projeto piloto da parte prática, ou parte II, e posteriormente formadoras dos professores articuladores das demais turmas - professoras mestres Maria Regina Menezes e Neuzilene Burock e professora Caroline Nunes - em seguida estão os 21 professores articuladores, 201 cursistas, sendo 58 deles em formação na sexta turma, 26 alunos formados do CAEP Favo de Mel, e três alunos formados da comunidade externa a escola anteriormente referida. Ao final do gráfico, é esclarecido que o quantitativo referente aos alunos com deficiência intelectual está em construção, já que estamos no início de uma nova turma de formação, e que no momento encontra-se na parte teórica.

Dentre alguns ganhos podemos considerar a formação de diversos profissionais da área da educação que aprenderam dentro da proposta conteúdos como: deficiência intelectual na escola contemporânea, alfabetização e letramento, ensino colaborativo, desenho universal para aprendizagem, plano educacional individualizado e o protocolo PEI para alfabetização e letramento. Além disso, os profissionais conseguiram associar esses conteúdos com a prática com alunos com deficiência intelectual.

Outra contribuição substancial tem sido a contribuição científica, (Burock; Mascaro, 2022; Burock; Pessoa, 2021; Francisco *et al.*, 2021; Mascaro *et al.*, 2021a; Mascaro *et al.*, 2021b; Mascaro; Estef, 2023; Oliveira; Francisco, 2021; Oliveira *et al.* 2021; Oliveira; Oliveira; Burock, 2022; Oliveira; Burock, 2022; Mascaro; Souza; Carvalho, 2021), que surge através do incentivo que ocorre durante a formação para publicações e participações em eventos.

Diante de todos esses ganhos, destacamos também o desenvolvimento expressivo de um aluno com deficiência intelectual em relação à sua alfabetização e letramento. O período compreendido na tabela abaixo (fig. 3) inicia no final de 2020 e termina no final de 2022. Cada PEI dura em média três meses, e entre um PEI e outro é necessário um recesso de algumas semanas devido a dinâmica do curso e início de uma nova turma.

Figura 3. Resumo dos resultados da aplicação de cinco PEIs com um aluno com deficiência intelectual

	PEI 01	PEI 02	PEI 03	PEI 04	PEI 05
16. Conhecimento dos números no contexto social.	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RI - Realiza Independente - não requer nenhuma ajuda
17. Noção de quantidade e número.	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RI - Realiza Independente - não requer nenhuma ajuda
19. Identificação do valor do dinheiro.	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RI - Realiza Independente - não requer nenhuma ajuda
20. Manuseio de dinheiro: agrupamento e distribuição de valores para pagamentos e trocos.	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte
24. Uso de smartphone/tablet e celulares.	NA - Não foi Apresentado - Não houve atividade	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte
25. Uso de notebook ou computador de mesa.	NA - Não foi Apresentado - Não houve atividade	RA - Realiza com Apoio - Não realiza sem ajuda física ou de suporte	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda	RP - Realiza Parcialmente - requer pouca ajuda

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Como pode ser visto na primeira coluna da figura 3, destacamos seis conteúdos da Matriz do protocolo Mascaro (2021) - tal matriz pode ser consultada acima na página 11 - sendo as quatro primeiras voltadas para o alfabetamento matemático, e em específico para a aplicabilidade do uso do dinheiro no dia a dia.

Os dois últimos conteúdos são voltados para o uso dos aparelhos eletrônicos, como smartphone/tablet, celulares, notebook ou computador de mesa. Tal habilidade é importante de ser desenvolvida, já que o curso se dava no meio digital através de videochamada e uso desses aparelhos. Além disso, no caso específico desse aluno, ele trabalhava em um escritório, e constantemente fazia uso dos aparelhos citados. Então, para a sua autonomia e independência no ambiente laboral era importante que ele tivesse essas competências bem desenvolvidas.

Importante salientar que esses conteúdos presentes na figura 3 é apenas um recorte de alguns dos conteúdos trabalhados durante os anos de aplicação das atividades do PEI. E esse destaque se fundamenta por ter sido uma necessidade apontada pelo aluno para ter mais autonomia, visto que no começo do curso, em 2020, acabara de entrar no mercado de trabalho.

As colunas dois, três, quatro, cinco e seis da tabela (fig. 3), compreendem a avaliação em relação ao número PEI e a habilidade descrita. As siglas NA, NR, RA, RP e RI correspondem a um critério presente na escala de avaliação (fig. 4).

Figura 4. Escala de Avaliação

Escala de avaliação do participante			
Conteúdo(s):			
Categorização	Sigla	Critério de inclusão	Pontuação
Realiza independente	RI	Não requer nenhuma ajuda	4
Realiza parcialmente	RP	Requer pouca ajuda	3
Realiza com apoio	RA	Não realiza sem ajuda física ou de suporte	2
Não Realiza	NR	Não consegue, mesmo com ajuda física ou suporte	1
Não foi apresentado	NA	Não houve atividade	0

Fonte: Mascaro (2021)

Destacamos a habilidade 19 da matriz que diz respeito a identificação do valor do dinheiro. É possível observar que no primeiro PEI, o aluno em questão apresentava uma avaliação RA, ou seja, não realizava sem ajuda física ou de suporte, e com o avançar das propostas pedagógicas mediadas pela tecnologia essa avaliação passou para RP, em que ele precisava de pouca ajuda para alcançar a habilidade. No último plano registrado na tabela da figura 3, identificamos que ele é avaliado com a sigla RI, ou seja, depois de cinco PEIs, ele passa a identificar o valor do dinheiro de forma independente.

Tal avanço e autonomia na habilidade matemática evidencia que uma proposta de formação focada na personalização do processo de ensino mediado pela tecnologia contemplando situações reais é capaz de promover enormes ganhos para o alunado. Logo, o trabalho aqui exposto aponta para a eficiência que o trabalho fundamentado na elaboração do Plano Educacional Individualizado mediado pela tecnologia, tem para com o aluno com deficiência intelectual, contribuindo para uma aprendizagem significativa e desenvolvimento de habilidades para sua vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência ratifica a importância do trabalho personalizado no atendimento aos alunos com deficiência intelectual, na busca por atender às necessidades educacionais que esses sujeitos possam apresentar em seu percurso formativo, visando a eliminação das barreiras ao seu aprendizado. Especialmente o público jovem e adulto. Indivíduos que já vivenciaram por muitos anos situações de aprendizagem, ao longo de seu processo educativo. Seja no âmbito das escolas especializadas, classes especiais ou em

turmas comuns da educação básica. E encontram-se ainda sem consolidarem o processo de alfabetização, apresentando dificuldades em relação ao domínio das habilidades de leitura, escrita e letramento (Mascaro, 2017). Diante do exposto, infere-se que o objetivo da escola, como apontado nas legislações educacionais, é o de assegurar que todos os estudantes tenham seu direito à aprendizagem e ensino de qualidade garantidos. Porquanto, “a escola precisa criar mecanismos e estratégias para que o estudante com deficiência intelectual tenha suas potencialidades e necessidades trabalhadas a fim de favorecer o processo inclusivo” (Mascaro *et al.*, 2021, p. 2).

Nesse sentido, salientamos que a pesquisa-ação se apresenta como uma metodologia que permitiu a colaboração entre sujeitos e pesquisadores em uma estreita relação que contribuiu para a construção do conhecimento, no intuito de se encontrar respostas e soluções para os problemas detectados. Possibilitou, dessa forma, o desenvolvimento de práticas inovadoras, que visaram promover a inclusão dos sujeitos através da mediação tecnológica, incidindo em uma proposta formativa colaborativa em que oportunizou aos sujeitos, desenvolverem habilidades para além das acadêmicas de um currículo escolar. Além disso, colabora com o desenvolvimento profissional de docentes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas para a promoção da inclusão social dos mesmos.

Assim, propiciar formação docente com foco em práticas de alfabetamento através do PEI, demonstra ser uma possibilidade de caminho para se alcançar uma educação inclusiva de qualidade para os alunos público-alvo da Educação Especial. Desse modo, a proposta formativa apresentada permitiu o planejamento de ações e estratégias individualizadas, facultando ao sujeito ser protagonista do seu processo de aprendizagem. Contribuiu, entre outros avanços, para o desenvolvimento de sua autonomia e independência. Tal proposta tem como resultados não somente a conclusão de inúmeros profissionais da área, que serão multiplicadores dos conteúdos aprendidos e as práticas construídas, mas apontou também a possibilidade de utilizar a tecnologia e ambientes virtuais para integrar conhecimentos, trocas e aprendizagens.

Para além disso, a modalidade remota concebeu a extensão da formação para um número maior de professores de culturas diversificadas e de diferentes regiões e estados brasileiros, democratizando o acesso ao conhecimento. Permitiu aos profissionais da educação envolvidos, o diálogo entre os conhecimentos já estruturados, suas vivências e experiências com os novos saberes e práticas, proporcionando aprendizagens significativas. Esse aprendizado se estendeu também às famílias dos alunos jovens e adultos com deficiência intelectual que participaram da formação, uma vez que esses familiares fizeram parte de todo o processo educativo, atuando como mediadores ao longo do curso, demonstrando um novo desdobramento das possibilidades da formação.

Destacamos que, o uso das tecnologias digitais, evidenciou a possibilidade da aplicação do PEI na modalidade remota, suscitando inovações na prática pedagógica com estudantes com deficiência intelectual, em consonância com o que nos apontam Viana F., Viana J. e Souza (2021, p.183), quando afirmam que Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva “[...] gesta novas possibilidades com a diversidade de ferramentas e recursos midiáticos que podem vir a favorecer a aquisição de conhecimentos pelos alunos do público-alvo da Educação Especial”.

Aprender é um processo ativo e progressivo em que a realidade educativa diante das mudanças que perpassam a sociedade, demanda metodologias inovadoras de ensino e aprendizagem, em um mundo contemporâneo dinâmico permeado por múltiplas linguagens. Nesse sentido, a utilização de tecnologias na educação propicia diferentes possibilidades que permitem a individualização dos processos educativos, tornando-os mais participativos e significativos para o sujeito.

Nesse contexto, as práticas digitais inclusivas podem vir a ser práticas de apoio no âmbito educacional no universo da cibercultura em que as tecnologias dialogam com as dificuldades de aprendizagem e singularidades de aprendizagem das pessoas com deficiências, com foco em proporcionar interação, ludicidade e o fazer coletivo. (Viana F.; Viana J.; Souza, 2021, p.177)

Oportunizar formação docente pelo viés do PEI, permite a ressignificação de propostas pedagógicas, contemplando a importância da implementação de currículos flexíveis e estratégias personalizadas que atendam às necessidades, especificidades e potencialidades dos alunos de forma significativa.

Compreende-se que uma formação continuada, não provém todas as dificuldades que abarcam a educação, porém, ela aponta ser um caminho. Salientamos nessas considerações a necessidade da expansão deste tipo de proposta, no sentido de contribuir com a difusão de conhecimentos acerca do PEI como uma ferramenta para uma educação em uma perspectiva inclusiva. Além disso, apresenta possibilidades para a utilização de novas ferramentas tecnológicas em práticas pedagógicas voltadas para o alfabetamento. E assim, viabilizar que a escola cumpra o seu papel emancipador no que se refere aos estudantes que apresentam deficiência intelectual, contribuindo para uma aprendizagem voltada para o desenvolvimento, autonomia e independência desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Maria Gracielly Lacerda de; SOUSA, Robson Pequeno. Formação continuada e conectivismo: um estudo de caso referente às transformações da prática pedagógica no discurso do professor. In: SOUSA, Robson Pequeno; *et al.* **Teorias e práticas em tecnologias educacionais**. Campina Grande: Eduepb, 2016. v.9, n.22. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/fp86k/pdf/sousa-9788578793265.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

ANTUNES, Katiuscia Vargas; GLAT, Rosana. **Das relações entre representações sociais e educação especial nos processos de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual**. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS, v. 25, n. 50.1, 9 dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/9442>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional De Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BUROCK, Neuzilene Ferreira Nascimento; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **Plano Educacional Individualizado (PEI): alfabetização e letramento em uma proposta de ensino remoto**. IV Congresso brasileiro sobre alfabetização, Linguagens e Letramentos - CONBRALE. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/educacao/detalhes/e-book-alfabetizacao-linguagens-letramentos>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BUROCK, Neuzilene Ferreira Nascimento; PESSOA, Tamires Cavina. **A experiência do Plano Educacional Individualizado na modalidade remota para um jovem com síndrome de Down**. In: Anais - Simpósio de Educação Básica do Coluni, IV, 2021, UFF.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A de. **Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a13.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ESTEF, Suzanli. **Inclusão escolar sob o viés da avaliação flexibilizada**. 2021. 134f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/17246>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

FRANCISCO, Priscila Rodrigues Cruz; et al. **O plano educacional individualizado (PEI) como um recurso pedagógico para atendimento educacional especializado remoto**. In: Anais - Congresso Brasileiro de Educação Especial, IX, 2021, UFSCar.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. (org). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ - Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do Plano Educacional Individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso**. 2017. 152 f. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/10445>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **Material didático do curso Alfabetização e Letramento pelo viés do Plano Educacional Individualizado (PEI) – Protocolo para elaboração e aplicação do Plano Educacional Individualizado**. UERJ, 2021.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; ESTEF, Suzanli. **Atendimento Educacional Especializado remoto para o letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual: uma proposta formativa**. Revista Cocar, [S. l.], n. 19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6044>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; REDIG, Annie Gomes. **Estudantes com deficiência intelectual na escola contemporânea: práticas pedagógicas exitosas**. Revista Teias, v. 22, n. 66, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57019>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; OLIVEIRA, Caroline Menezes Nunes de; BUROCK, Neuzilene Ferreira Nascimento; OLIVEIRA, Maria Regina Tinoco Menezes de. **Atendimento Educacional Especializado Remoto para o jovem com deficiência intelectual com ênfase no ambiente laboral**. In: Anais - Congresso Brasileiro de Educação Especial, IX, 2021, UFSCAR. Disponível em: <<https://cbee2021.faiufscar.com/anais#/trabalhos>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino Carvalho; *et al.* **Atendimento Educacional Especializado Remoto para o jovem com deficiência intelectual com ênfase no ambiente laboral**. In: Anais - Congresso Brasileiro de Educação Especial, IX, 2021a, UFSCAR.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino Carvalho; *et al.* **Uma proposta de ensino individualizado para alfabetização e letramento por meio do ensino remoto para um estudante com deficiência intelectual**. Portal Práticas Educacionais Inclusivas, ObEE, UFRRJ, 2021b.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino Carvalho; SOUZA, Adriana Rei Souza; CARVALHO, Renata Rodrigues. **Plano Educacional Individualizado para Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual - Desafios e Possibilidades no Ensino Remoto**. In: Anais - Simpósio de Educação Básica do Coluni, IV, 2021, UFF.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. **Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná.** Educação & Realidade, vol. 39. p. 789-809, 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3172/317231340010.pdf>>. Acesso em: 03 abril 2024.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico.** Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>>. Acesso em: 3 mar. 2024.

OLIVEIRA, Caroline Menezes Nunes de; BUROCK, Neuzilene Ferreira Nascimento. **Plano Educacional Individualizado: uma proposta de formação continuada na modalidade remota.** VIII Congresso Nacional de Educação – CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/91579>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

OLIVEIRA, Caroline Menezes Nunes; FRANCISCO, Priscila Rodrigues Cruz. **O plano educacional individualizado em contexto de pandemia.** Cadernos de Aplicação, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021.

OLIVEIRA, Caroline Menezes Nunes.; OLIVEIRA, Maria Regina Tinoco Menezes; BUROCK, Neuzilene Ferreira Nascimento. **Plano Educacional Individualizado: uma proposta de formação docente.** In: Anais - Seminário Internacional: as Redes Educativas e as Tecnologias, XI, 2022, UERJ.

OLIVEIRA, Maria Regina Tinoco Menezes; *et al.* **Plano Educacional Individualizado na Modalidade Remota para Estudantes com Deficiência Intelectual: Estratégias Pedagógicas na Pandemia da COVID-19.** In: Anais - Congresso Internacional de Educação Inclusiva, IV, 2021.

PEREIRA, Denilson Diniz; MOTA, Geová; BELCHIOR, Letícia. Uma reflexão ética e qualitativa sobre a etnografia. In: VERÍSSIMO, Mariana; SIQUEIRA, Débora Gonçalves (organizadoras). **Enfoques metodológicos de pesquisa em educação: evidenciar contextos, prestigiar sujeitos.** Curitiba: CRV, 2020.

PLETSCH, Márcia Denise. **Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem.** Revista Poíesis Pedagógica. v. 12 n.1, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/31204>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

SHIMAZAKI, Elsa Midori. **Letramento em jovens e adultos com deficiência mental.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.



TANNÚS-VALADÃO, Gabriela. **Inclusão escolar e o Planejamento Educacional Individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores.** Tese (doutorado). São Carlos: UFSCAR, 2013.

VIANA, Flávia Roldan; VIANA, João Frederico Roldan; SOUZA, Máquio Patrício Cassemiro de. Práticas digitais inclusivas: os desafios da educação 4.0 e novas soluções para o Atendimento Educacional Especializado. *In*: NUNES, Débora Regina de Paula; VIANA, Flávia Roldan; SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da; GONÇALVES, Maria de Jesus. (org.). **Educação Inclusiva: conjuntura, síntese e perspectivas.** Marília: ABPEE, 2021.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.